

## STF indicará quem vai regulamentar juros

O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse ontem que caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) decidir de quem será a responsabilidade de regulamentar o tabelamento dos juros em 12% ano, estabelecido pela Constituinte. E, para o Ministro, esta discussão poderá durar um bom tempo. Até porque, segundo ele, cada vez o Governo se convence mais que a limitação não é auto-aplicável.

E até que saia uma definição sobre o assunto, afirmou, a orientação do Ministério para o Banco Central é que este continue executando a política monetária determinada pelo Governo, sem as limitações do tabelamento, que, para ele, é polêmico quanto à definição de juro real. Mailson da Nóbrega questionou, por exemplo, como ficaria a aplicação da medida nas operações externas e nos repasses do Banco Mundial (Bird):

— Vai considerar que juro real é aquele que ultrapassa a variação do dólar, do iene ou da cesta de moedas? — perguntou, acrescentando que o texto constitucional alude à concessão de crédito, mas não especifica se este tabelamento pode ser usado na captação de recursos pela dívida pública.

O Ministro da Fazenda afirmou ainda que, para o Governo, os constituintes não tiveram intenção de inviabilizar a política econômica ou criar condições para hiperinflação com o tabelamento dos juros.

Mailson, que esteve ontem na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio, descartou também uma intervenção do Governo no mercado paralelo do dólar:



Mailson: debate poderá demorar

— Não vejo possibilidade de intervenção de modo que o Governo seja capaz de evitar o aumento do ágio.

Na sua avaliação, até o mês passado, o processo de conversão informal da dívida externa interferiu diretamente no aumento da cotação do dólar no paralelo. Mas na quinta e sexta-feira da semana passada, a decisão da Constituinte de limitar em 12% a taxa de juros real provocou uma pressão adicional.

— A alta da semana passada também refletiu muito mais a procura por dólar do que a realização de negócios — afirmou o Ministro, adiantando que, no caso da conversão informal, o Banco Central já está atento e acompanhando as operações.